
Semântica Bidimensional e Conteúdo Mental Two-dimensional Semantics and Mental Content

Julia Cavalcanti Telles de Menezes
Mestranda em Filosofia PPGF-UFRJ/Bolsista-Capes

Resumo: O presente trabalho conecta duas áreas de pesquisa relevantes da filosofia da linguagem e da filosofia da mente. Trata-se, por um lado, da questão sobre a necessidade e viabilidade de uma noção de conteúdo mental estreito. Por outro lado, trata-se do bidimensionalismo semântico como uma teoria de atribuição de conteúdo (significado) a itens lingüísticos e, por extensão, a estados mentais. O bidimensionalismo semântico associa duas dimensões de significado a sentenças, isto é, uma sentença tem duas proposições associadas. A primeira é a proposição-A (A de *actual*) que equivale a uma função de mundos possíveis considerados como atuais a extensões e, a segunda é a proposição-C (C de *Contrafactual*) que equivale a uma função de mundos possíveis a extensões. O presente trabalho discute como a proposição-A seria equivalente ao conteúdo mental estreito, isto é, ao conteúdo mental individuado independentemente da configuração extrínseca do sujeito.

Palavras-chave: Filosofia da Mente; Conteúdo Mental; Semântica Bidimensional

Abstract: This paper examines the connection between Philosophy of Mind and Philosophy of Language. On one hand it presents the question about the necessity and viability of a narrow mental content notion, on the other hand, it connects the two-dimensional semantics framework to the theory of content attribution. The Two-dimensional framework associates, as we would expect, two dimensions of meanings to sentences. The first one, we will call proposition-A (A for actual), it is a function from possible worlds considered as actual to extensions, the second one, proposition-C (C for actual) as a function from possible worlds *simpliciter* to extensions. This paper discusses the possibility of the proposition-A being a plausible candidate for the narrow content position, that is, whether the proposition-A can be individuated regardless the individual's extrinsic features.

Key-words: Philosophy of mind; Mental Content; Two-dimensional Semantics

O debate acerca da noção de conteúdo mental foi iniciado com os filósofos Hilary Putnam³⁴¹ e Tyler Burge³⁴². Putnam e Burge desenvolveram, em primeiro lugar, argumentos a favor da tese segundo a qual o conteúdo de uma sentença (o que é dado a entender com uma

³⁴¹ PUTNAM, H. "The Meaning of 'Meaning'" em *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers, vol. 2*

³⁴² BURGE, T. "Individualism and the Mental." em French, Uehling, and Wettstein (eds.) *Midwest Studies in Philosophy IV*, p.73-121

sentença declarativa) não é individuado estreitamente (não é individualista) como a Filosofia da linguagem tradicional supunha. Ao contrário, o conteúdo linguístico é, de acordo com Putnam e Burge, determinado por configurações externas ao sujeito que profere a sentença declarativa, isto é, configurações do ambiente em que o sujeito está inserido e sobre as quais ele não tem acesso direto. Os resultados de Burge e Putnam, que estendem e radicalizam resultados anteriores de Kripke, representam a rejeição da teoria descritivista clássica da referência e a formulação de uma teoria alternativa: a teoria causal da referência. A teoria descritivista tradicional, dominante na filosofia da linguagem até Kripke, considerava que a referência de um termo é fixada pelo conjunto das descrições que o falante associa, em sua mente, ao termo em questão: um ato mental “privado” determinaria a entidade à qual o termo se refere.

De acordo com Kripke e Putnam, ao contrário, a referência é fixada mediante relações causais objetivas e externas entre o objeto da referência e os estados internos envolvidos no uso do termo pelo falante. Isso vale especialmente para a relação entre nomes próprios e suas referências, mas também para a relação entre termos de espécies naturais (“água”, “ouro”, “tigre”, “elmo”) e as espécies (conjuntos de objetos) designadas por esses termos.

O chamado “argumento da Terra Gêmea”³⁴³ é mobilizado por Putnam para rejeitar a teoria descritiva da referência e defender a tese do externalismo semântico. O argumento consiste na concepção de um planeta semelhante à Terra, a Terra Gêmea. A Terra e a Terra Gêmea têm características superficiais idênticas. A única diferença relevante entre os dois ambientes é que na Terra o termo “água” é utilizado para designar H₂O, ao passo que, na Terra Gêmea, o termo ortograficamente idêntico “água” designa XYZ. H₂O e XYZ são substâncias diferentes do ponto de vista da estrutura profunda, mas que partilham as mesmas características superficiais, isto é, produzem os mesmos efeitos em nossos organismos. Putnam pede que concebamos um indivíduo que habita a Terra e seu sócia na Terra Gêmea, qualitativamente idêntico a sua contraparte na Terra. A situação é concebida de tal forma que os sócias que usam a forma “água” para fazer referência à “substância aquosa” em seus respectivos mundos têm o mesmo conteúdo descritivo nas suas mentes: “líquido, incolor, inodoro,

³⁴³ PUTNAM, H. “The Meaning of ‘Meaning’” em *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers, vol. 2.*

que forma rios e lagos, etc”. A questão crucial levantada por Putnam é se os sócias, quando proferem sentenças contendo a forma “água”, estão falando da mesma substância, isto é, se a forma “água” tem o mesmo significado para o habitante da Terra Gêmea e para o habitante da nossa Terra. Segundo Putnam, os sócias *não* estão falando da mesma substância quando utilizam sentenças contendo a forma “água”. Habitantes da Terra estão falando de H₂O, ao passo que habitantes da Terra Gêmea estão falando de XYZ. Desse modo, Putnam conclui que o que fixa a referência dos termos em questão não é o conteúdo descritivo que o falante tem em mente, pois é o *mesmo* conteúdo para os *dois* falantes, mas aspectos externos à vida mental do sujeito: a natureza microscópica do líquido incolor e inodoro que forma rios e lagos etc., a divisão do trabalho lingüístico entre especialistas e não-especialistas. Assim, pelo menos o conteúdo de sentenças contendo “termos de espécies naturais” seria *amplo* (não-individualista), uma vez que é determinado por configurações externas ao indivíduo. Se a Terra Gêmea for concebida como um mundo possível, em oposição a um outro planeta no nosso mundo atual, o termo “água” (bem como outros termos de espécies naturais) designaria rigidamente a mesma substância (H₂O) em qualquer circunstância. Também na Terra Gêmea, água é H₂O, mesmo que lá não haja H₂O. Dito de outra forma, na Terra Gêmea (concebida como um mundo possível) *não* existe água. Para caracterizar a substância que *eles* designam quando usam a forma “água” (“water”), *nós* precisaríamos de uma outra palavra (“twater”). Afinal, os conteúdos de nossos proferimentos homófonos sobre espécies naturais são diferentes. Esse resultado inovador de Putnam foi estendido por Burge a vários outros termos que não os de espécies naturais. Em particular, Burge mostra a dependência dos conteúdos de vários termos frente a aspectos do meio ambiente natural e social.

Estados mentais têm conteúdos no sentido que eles representam ou são *sobre* aspectos do mundo (não-mental). O conteúdo é parte essencial desses estados: os estados mentais têm propriedades causais em virtude dos seus conteúdos. Muitos filósofos pensam que exigências metodológicas derivadas do papel explanatório-causal requerem conteúdos mentais que dependam exclusivamente de estados intrínsecos do organismo ao qual são atribuídos os estados mentais conteudísticos. Conteúdos mentais que não dependem, no que diz respeito à sua individuação, de aspectos externos do meio ambiente onde os organismos estão situados são, por definição, estreitos. A tese relevante neste contexto afirma, portanto, que os conteúdos

mentais eficazes do ponto de vista explanatório causal são propriedades estreitas dos organismos.

Entretanto, uma conseqüência de influentes teorias semânticas associadas a Kripke e Putnam diz que os conteúdos mentais atribuídos comumente na “psicologia popular” (*folk psychology*) são amplos, ou não estreitos no sentido definido acima. No esquema tradicional de atribuição de conteúdo, o conteúdo é concebido em termos de condições de verdade. Compreendemos o que uma sentença S expressa quando conhecemos as suas condições de verdade, ou seja, quando sabemos como as coisas deveriam ser para que S seja verdadeira. Parece que, se recorremos a aspectos do ambiente do organismo para compreendermos o que ele diz ou pensa, então o conteúdo da sentença em questão é amplo, i.e., determinado por propriedades extrínsecas ao organismo. Como o significado (*meaning*), o conteúdo também “não está na cabeça”³⁴⁴(Putnam).

Os defensores da noção de conteúdo estreito que aceitam as considerações acima argumentam que precisamos, ao lado dos conteúdos amplos da “psicologia popular”, conteúdos independentes de aspectos externos ao organismo para a formulação de teorias explanatórias do comportamento (psicologia científica) e também para a descrição e explicação das relações racionais entre os estados mentais. Alternativamente, alguns filósofos rejeitam as considerações acima, procurando negar que os conteúdos da psicologia popular sejam realmente amplos. Todos os conteúdos—isto é, também os conteúdos da psicologia popular—seriam estreitos. De uma forma ou de outra, nós precisaríamos de uma noção consistente de conteúdo estreito.

Ao lado das exigências metodológicas, o caráter mais ou menos direto (privilegiado) do nosso acesso aos estados mentais conteudísticos (*self-knowledge*) parece exigir conteúdos estreitos. De que outro modo seria possível dar conta do fato de que normalmente sabemos em que estado mental nos encontramos?

Isso permite a formulação da hipótese principal do presente projeto: Desenvolvidas originalmente tendo em vista a explicação de fenômenos lingüísticos e caracterização das relações entre contexto e conteúdo lingüístico, as teorias semânticas bidimensionalistas podem fornecer

³⁴⁴ PUTNAM, H. “The Meaning of ‘Meaning’” em *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers, vol. 2.*

também elementos para uma solução do problema do conteúdo mental estreito.

Framework Bidimensional

A semântica bidimensional é proposta como solução para um problema gerado no esquema tradicional de atribuição de conteúdo a sentenças declarativas. O esquema tradicional consiste na associação de uma proposição a uma sentença levando em conta as regras semânticas aplicadas à sentença em questão. As regras semânticas exploram a contribuição dos referentes dos termos que compõem uma sentença declarativa para o valor de verdade da sentença. Em outras palavras, elas especificam as condições nas quais a sentença em questão é verdadeira. Por sua vez, as condições de verdade são comumente representadas em termos de mundos possíveis. O resultado final é a concepção do conteúdo de uma sentença declarativa como uma proposição compreendida como um conjunto de mundos possíveis—o conjunto dos mundos possíveis onde a proposição é verdadeira.

Especificar as condições de verdade de uma sentença é dizer como o mundo deve ser para que a sentença seja verdadeira. Desse modo podemos afirmar que uma proposição faz uma divisão entre os mundos possíveis que verificam a proposição, por um lado, e os mundos possíveis que a falsificam, por outro. A partir desta forma já tradicional de considerar conteúdo, Jackson³⁴⁵ aponta três problemas para o esquema “unidimensional” tradicional:

(a) Expressões de crenças egocêntricas: o conteúdo da expressão de uma crença egocêntrica—isto é, de uma expressão que contém dêíticos como “eu”, “aqui”, “agora”— não pode ser capturado simplesmente como divisão no universo dos mundos possíveis considerados objetivamente. Expressões de crenças egocêntricas representam o mundo do ponto de vista daquele que acredita³⁴⁶. Acreditar que há uma mosca sobre a *minha* cabeça é acreditar em algo sobre o mundo como ele é visto da *minha* perspectiva. Qualquer

³⁴⁵ JACKSON, F. “Reference and Description Revisited.” *Philosophical Perspectives*, Volume 32, suplemento 12, Language, Mind and Ontology, p. 201-218.

³⁴⁶ JACKSON, F. “Narrow Content and Representation, or Twin Earth Revisited.” *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, Vol. 77, No. 2 (2003) p. 55-70

mundo que seja compatível com a expressão dessa crença deve conter pelo menos uma cabeça e uma mosca. Porém, para capturar o conteúdo da expressão da crença egocêntrica, este mundo deveria conter alguma informação sobre o centro (onde eu me situo). Poderíamos capturar o conteúdo de expressões das crenças egocêntricas ainda em termos de uma divisão entre possibilidades. Contudo, teríamos de abandonar o esquema “unidimensional” tradicional, interpretando as possibilidades que definem o conteúdo não mais como mundos possíveis considerados objetivamente, mas como possibilidades que incorporam a perspectiva sob a qual o mundo é representado. Essa extensão dos mundos possíveis da concepção “unidimensional” a mundos possíveis *mais uma perspectiva* leva aos “mundos centrados” em termos dos quais o conteúdo de expressões de crenças egocêntricas pode ser representado. Um mundo centrado é um par ordenado formado por um mundo possível (considerado objetivamente) e uma indicação espaço-temporal sobre o centro a partir do qual o mundo é representado.

(b) Sentenças envolvendo o operador “de fato” ou “efetivamente” (*actually*): o papel do operador “de fato” numa sentença é o de remeter ao mundo atual a determinação da referência dos termos qualificados pela expressão “de fato”. A sentença³⁴⁷ “A pessoa que me roubou na terça também me roubou na quinta” e a sentença “A pessoa que *de fato* me roubou na terça também me roubou na quinta” não se distinguem no que diz respeito ao seu conteúdo representacional: em ambos os casos as sentenças afirmam que a mesma pessoa (ainda desconhecida) me roubou na terça e na quinta. Porém, os mundos possíveis nos quais as sentenças são verdadeiras são diferentes. A primeira sentença é verdadeira nos mundos possíveis em que eu fui roubada pela mesma pessoa na terça e na quinta. Somente os mundos possíveis em que a mesma pessoa que me roubou na terça e na quinta também é responsável pelo roubo no mundo *atual* verificam a segunda sentença. O que isso mostra é que o conjunto dos mundos compatíveis com uma sentença pode não representar adequadamente seu conteúdo. Para capturar o conteúdo nesses casos temos de considerar outra dimensão, um outro conjunto de possibilidades diferentes daquelas às quais recorrem o esquema tradicional.

³⁴⁷ JACKSON, F. “Reference and Description From The Descriptivists’ Corner.” *Philosophical Books*, 48 suplemento 1, p. 17–26.

(c) O caso da Terra Gêmea³⁴⁸: consideremos as sentenças (i) “Isto é água” e (ii) “Isto é H₂O”. É plausível assumir que (i) e (ii) têm conteúdos diferentes, expressam diferentes proposições sobre a estrutura do mundo—ou não seria uma descoberta empírica que água é H₂O. De acordo com o argumento da Terra Gêmea e a teoria tradicional de proposições como conjuntos de mundos possíveis, porém, elas deveriam ter o mesmo conteúdo: as condições de verdade das duas sentenças são idênticas, pois em todos os mundos possíveis “água” designa H₂O. A manutenção da intuição de que as duas sentenças diferem em conteúdo exige o abandono do esquema tradicional.

Como solução alternativa à teoria unidimensional, a semântica bidimensional propõe, nesse ponto, a distinção entre dois tipos de extensão e também entre dois tipos de intensão. Em geral, os termos podem denotar de duas maneiras, isto é, podem ter dois tipos de extensão. A isso correspondem dois tipos de intensão, isto é, duas funções cujos *inputs* são mundos possíveis e cujos *outputs* são extensões. A primeira forma de avaliar um termo (de determinar sua extensão num mundo *w*) calcula o valor da função que têm como *inputs* mundos possíveis *considerados como atuais*—em oposição a mundos possíveis *simpliciter*. O *output* da função neste caso é o que Jackson chama de extensão-A do termo em questão. A outra forma de intensão que Jackson propõe é um tipo de intensão familiar à tradição filosófica, uma intensão que tem como *inputs* mundos possíveis *simpliciter* e como *output* a extensão-C. Jackson³⁴⁹ chama a primeira extensão de extensão-A (A de *actual*) porque ela é o resultado da função num mundo *w* que é sempre considerado como atual. E à segunda, chama de extensão-C (C de *counterfactual*) pois os mundos possíveis que definem o *input* da função correspondente são, com exceção de *um* mundo (o mundo atual), sempre contrafactuais. Se “mundo-XYZ” designa o mundo possível onde a microestrutura do líquido que tem as mesmas características superficiais do líquido que no mundo atual é designado por “água” é XYZ (\neq H₂O), a sentença “água é XYZ”, por exemplo, tem como extensão-A no mundo-xyz o verdadeiro. Considerado não mais como atual, o mundo-XYZ é tal que a extensão (extensão-C) de “água é XYZ” neste mundo será o falso, uma vez que a extensão-C de “água” já teria sido fixada no mundo

³⁴⁸ PUTNAM, H. “The Meaning of ‘Meaning’” em *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers, vol. 2.*

³⁴⁹ JACKSON, F. “Why we need A-intensions.” *Philosophical Studies*, 118 (2004) p. 257-277

atual (H₂O). Temos, portanto, duas extensões para a mesma sentença em cada mundo possível *w*: uma extensão-A, no caso em que o mundo *w* é considerado como atual, e a extensão-C, onde o mundo *w* é considerado como ele é; atual ou contrafactual. No caso especial de designadores rígidos como “água” a extensão C no mundo *w* é sempre a mesma extensão que o termo tem no mundo atual (H₂O).

A proposição-C expressa por qualquer sentença que contenha a palavra “água” depende de como as coisas são no *nosso* mundo. Para conhecermos a proposição-C devemos conhecer a natureza da “substância aquosa”³⁵⁰ do nosso mundo. No entanto, mesmo sem o conhecimento da referência de “substância aquosa” no nosso mundo nós podemos compreender a proposição-A associada à sentença que contém a palavra “água”. O bidimensionalista atribui, portanto, a cada sentença duas proposições: uma proposição *expressa* semanticamente pela sentença (proposição-C), e outra proposição *associada* com a sentença (proposição-A). A proposição expressa semanticamente por uma sentença S é determinada pela aplicação das regras semânticas aos termos que compõem S, levando em conta sua composição. A proposição associada é determinada também pelos contextos de proferimento de S. A tese principal do bidimensionalismo afirma que somente o reconhecimento das relações de dependência entre conteúdo e contexto pode dar conta dos exemplos recalcitrantes (a), (b) e (c) descritos acima. O problema como ele já se manifesta nos três exemplos torna-se mais evidente nos casos em que sentenças recalcitrantes expressam necessidade *a posteriori*. Considere “água é H₂O”. Como exprime uma verdade necessária, “água é H₂O” deve expressar uma verdade em todos os mundos possíveis. Para que possa ser, ao mesmo tempo, *a posteriori*, “água é H₂O” deve expressar uma proposição que não é verificada em alguns mundos possíveis, isto é, uma proposição contingente. É plausível supor que um esquema bidimensional que atribui à “água é H₂O” duas proposições possa ser capaz de justificar a atribuição a uma mesma sentença de duas propriedades aparentemente excludentes.

Existem duas explicações bidimensionalistas para o necessário *a posteriori*. Ambas assumem que proposições (e não sentenças) são os genuínos portadores do valor de verdade e também do *status* modal de

³⁵⁰ CHALMERS, D. J. “On Sense and Intension.” *Philosophical Perspectives* 16 (2002) p.135-182

necessidade e do *status* epistêmico de *aposterioridade*. Para Jackson e Chalmers não há uma proposição que seja ao mesmo tempo necessária e *a posteriori*. Casos de sentenças necessárias e *a posteriori* são, para Jackson e Chalmers, casos em que a proposição-C semanticamente expressa pela sentença é necessária (mas não *a posteriori*) e a proposição-A associada à sentença é contingente. Esta é a primeira explicação bidimensionalista para o necessário *a posteriori*.

A segunda explicação bidimensionalista (proposta por Wong³⁵¹) relativiza à sentença que expressa uma proposição o status epistêmico (*a priori* ou *a posteriori*) dessa proposição. Assim, a mesma proposição pode ser *a priori* relativamente a uma sentença e *a posteriori* relativamente à outra sentença, nos casos em que ambas as sentenças expressam ainda a mesma proposição. De acordo com a proposta de Wong, uma sentença S expressa uma proposição-C (absolutamente) necessária e *a posteriori* (relativamente a S) quando (i) a proposição-C for verdadeira em todos os mundos possíveis e (ii) a proposição-A associada a S for contingente.

A construção da proposição-A independe da natureza do mundo. Isso parece justificar a tese de que a proposição-A é um tipo de conteúdo estreito, uma propriedade do sujeito que a expressa que depende unicamente das características internas do sujeito. Uma solução direta (Schiffer) para o problema do conteúdo estreito consistiria em considerar a proposição-A como o objeto das atitudes proposicionais mencionadas em explicações do comportamento e das relações racionais entre estados mentais (SCHIFFER, S. “Mental Content and Epistemic Two-Dimensional Semantics”). Na atribuição típica de uma atitude proposicional como “X acredita que P” a clausula “que P” denotaria, de acordo com esta hipótese, a proposição-A associada à sentença P. Quais são as consequências dessas considerações para a questão central desse trabalho, a saber: se existe uma forma de conteúdo mental que é estreita? Por representar a relação de dependência entre contextos e extensões, a intensão-A não depende, ela mesma, do contexto. A apreensão da intensão-A equivale ao conhecimento identificatório da extensão de um termo em qualquer mundo possível considerado como atual. Esse conhecimento antecede a experiência real da extensão atual do termo. É plausível supor que esse conhecimento

³⁵¹ WONG, K. “Two-dimensionalism and Kripkean A Posteriori Necessity” em Garcia-Carpintero, M. & Macia, J. (orgs.). *Two-Dimensional Semantics: Foundations and Applications*.

identificatório depende somente das características intrínsecas do sujeito que dispõe desse conhecimento. Isto quer dizer que a intensão-A é estreita.

Referências bibliográficas

BURGE, T. "Individualism and the Mental." In French, Uehling, and Wettstein (eds.) *Midwest Studies in Philosophy IV*, Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979, pp. 73-121

CHALMERS, D.J. "On Sense and Intension." *Philosophical Perspectives* 16 (2002) pp.135-182.

———"The Components of Content." In Chalmers, D.J. (org.). *Philosophy of Mind: Classical and Contemporary Readings*. Oxford: Oxford University Press, 2002

———"The Nature of Narrow Content." *Philosophical Issues* 13 (2003) pp. 46-66

———"Scott Soames' Two-Dimensionalism." <http://consc.net/papers/soames2d.pdf>, 2006

———"Two-Dimensional Semantics." In Lepore, E. & Smith, B. (orgs.). *Oxford Handbook of the Philosophy of Language*. Oxford: Oxford University Press, 2006, pp. 574-606

GARCIA-CARPINTERO, M. & MACIA, J. (orgs.) *Two-Dimensional Semantics: Foundations and Applications*. Oxford: Oxford University Press, 2006

JACKSON, F. *From Metaphysics to Ethics: A Defence of Conceptual Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 1998

———"Reference and Description Revisited." *Philosophical Perspectives*, Volume 32, suplemento 12, Language, Mind and Ontology (1998) pp. 201-218

——“Narrow Content and Representation, or Twin Earth Revisited.” *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, Vol. 77, No. 2 (2003) pp. 55-70

——“Representation and Narrow Belief.” *Philosophical Issues*, 13 suplemento 1 (2004) pp.99-112

——“Why we need A-intensions.” *Philosophical Studies*, 118 (2004) pp. 257-277

——“Reference and Description From The Descriptivists’ Corner.” *Philosophical Books*, 48 suplemento 1 (2007) pp. 17–26

KRIPKE, S.A. *Naming and Necessity*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1980

PUTNAM, H. “The Meaning of ‘Meaning’” em *Mind, Language and Reality. Philosophical Papers, vol. 2*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975

SCHIFFER S. “Mental Content and Epistemic Two-Dimensional Semantics”. New York: New York University(<http://consc.net/papers/schiffer.html>), 2002

SOAMES, S. *Reference and Description: The Case Against Two-Dimensionalism*. Princeton: Princeton University Press, 2005